

PROPOSTA DE ORÇAMENTO

EXERCÍCIO DE 2021

Ex.mos Sr.s Associados:

A Direção do Centro Social e Popular de S. Cristóvão – Associação vem por este meio submeter à apreciação de V.as Ex.as a proposta de Orçamento para o Exercício de 2021.

O orçamento é resultado do trabalho efetuado ao longo dos últimos anos, que tem visado quer o reequilíbrio financeiro da Instituição, a melhoria de qualidade na prestação das valências existentes.

A apresentação tardia do presente orçamento, em Assembleia Geral, deveu-se às restrições levantadas pelos consecutivos Estados de Calamidade e Estados de Emergência de que o país tem sido alvo, consequência da pandemia Covid19.

Não nos foi possível, de forma legal, celebrar a reunião magna até final de Novembro de 2020. Porventura, tendo em consideração os fatores de circunstância, a gestão nos primeiros meses de 2021 teve por fio condutor:

- ➔ A reunião remota e regular dos vários elementos da direção
- ➔ A manutenção da atividade possível, tendo em consideração as instruções de confinamento e o que tais instruções implicavam na atividade regular da instituição: quer o encerramento da pré-escola e primeiro ciclo (no caso do serviço de refeições) quer o encerramento de todas as valências. Este último determinou o encerramento total, durante várias semanas da instituição
- ➔ O adiamento no desenvolvimento de projetos estruturantes

Pelo que, mesmo não existindo orçamento aprovado em Assembleia Geral, foi possível levar a cabo a gestão corrente da instituição.

Sendo de possível a celebração ordinária de Assembleias Gerais, cumpre-nos agora submeter à apreciação deste Conselho Fiscal o orçamento e plano de atividades para o ano de 2021.

Os valores apresentados consideram, obviamente, a nova situação de confinamento ocorrida entre meados de Março e início de Maio. Um encerramento total da atividade da instituição originou uma vez mais uma importante quebra nas receitas, que deve ser refletida no documento orçamental, para tornar mais exata a informação nele constante.

A compensação financeira atribuída pelo Estado Português, para minimizar a perda de receitas provocada pelo contexto pandémico, não foi suficiente para compensar a perda de receitas. O apoio concentrou-se em exclusivo no suporte do custo com os funcionários, quando a instituição continuou com outros custos fixos, sem qualquer tipo de apoio para estes.

Por outro lado, a criação da valência de take-away (refeições escolares) sempre teve por objetivo a criação de mais-valia (lucro) para ajudar a suportar as restantes valências da instituição. A perda desta mais-valia não foi compensada por outro tipo de receita.

No entanto, dois importantes acontecimentos, ocorridos no segundo semestre de 2020, fazem prever um aumento de receitas para o exercício de 2021, que se supõe compensarem a perda de receitas provocada pelo estado de confinamento. São eles:

- ➔ A finalmente revisão dos protocolos de cooperação com o ISS (Instituto de Segurança Social), na valência Creche, passando de 20 protocolos para 35 protocolos (numa capacidade total de 44 crianças nesta valência).
- ➔ O aumento de frequências nas valências creche e pré-escola, provocado em parte pelo encerramento de outra instituição na cidade. A totalidade dos protocolos está a ser utilizada, gerando face a 2020 e caso se mantenha este nível de frequência um acréscimo de cerca de 3.000'00 /mês

Analisando em concreto a atividade de take-away, importa sensibilizar a entidade parceira – a Câmara Municipal de Portalegre – para que seja encontrada outra alternativa de apoio à instituição, uma vez que quer no ano letivos de 19/20 quer no ano letivo de 20/21 esta colaboração não criou as mais valias necessárias e tidas como fundamentais para a solvência da instituição. Recordamos que a Câmara Municipal de Portalegre na pessoa da sua presidente, Dr^a Adelaide Teixeira, encontrou neste serviço uma forma de apoiar algumas instituições da cidade – entre as quais esta instituição – possibilitando a criação de mais valias, em detrimento da concessão de apoios financeiros para fazer face às dificuldades económicas da atividade. Foi um ato inteligente, coerente e responsável, mas que não tem produzido desde março de 2020 o retorno desejável. Não será a solução para o exercício de 2021 e tal deverá ser dado a conhecer à Câmara Municipal de Portalegre.

Além do Orçamento para o exercício de 2021, anexa-se ao presente documento o plano de atividades para o mesmo período. Este permite ter um fio condutor de ações para executar durante o ano, que visem a sustentabilidade económica e financeira, a melhoria da qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços existentes ou criação de novos serviços necessários à população alvo – os habitantes de Portalegre.

As medidas propostas não têm prazo de execução definido, pois não dependem apenas da boa vontade da direção. Estão à mercê da decisão de terceiros – funcionários, câmara municipal, ISS, outras instituições do setor. Mas é importante ter a consciência da necessidade da sua execução, para que se possa vislumbrar um futuro de estabilidade financeira e de compromisso perante a população.

Portalegre, 07 de Dezembro de 2021

(Luis Filipe Ferreira Correia Lopes dos Santos)

(Nuno Miguel Martins Santana)

(Cátia Sofia Tavares Duarte André)

(Ricardo Jorge Tomás Ribeiro)

(Rui Paulo Barradas Lopes)